

**A IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DOS  
POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS, NA ÁREA DE  
INTELIGÊNCIA, PARA O AUMENTO DA SEGURANÇA NA  
FRONTEIRA OESTE DO ESTADO DO PARANÁ*****Fernanda Gonçalves Dias de Oliveira Maraschin<sup>1</sup>***

Polícia Rodoviária Federal (PRF)

E-mail: fernanda.dias@prf.gov.br

**Resumo**

Este estudo científico apresenta o panorama de um problema enfrentado pela Polícia Rodoviária Federal - PRF, principalmente, na fronteira oeste do estado do Paraná: em que medida a especialização dos Policiais Rodoviários Federais poderá contribuir para o aumento da eficiência do ciclo de Inteligência (orientação, obtenção, produção e difusão), no combate aos crimes transfronteiriços. Para isso, o arcabouço literário da obra baseou-se em estudos de diretrizes doutrinárias e trabalhos científicos nacionais. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio de um questionário, o qual permitiu um levantamento das melhores práticas e oportunidades de melhoria para a capacitação dos Policiais Rodoviários Federais. Nesse mesmo sentido, foram realizadas duas entrevistas, uma com o chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização da Delegacia de Cascavel-PR, que pode transmitir conhecimentos específicos sobre a área operacional e atuação dos agentes da PRF, nas rodovias, e outra, com o chefe da respectiva delegacia, que pode especificar possíveis métodos de capacitação dos PRFs, na área de Inteligência, para que estes cumpram o papel de sensores humanos da fronteira.

**Palavras-chave:** Polícia Rodoviária Federal; capacitação; inteligência.

**INTRODUÇÃO**

O território brasileiro é formado por uma fronteira muito extensa de 23.102 km, sendo 15.735 km de fronteiras terrestres, em grande parte, pouco povoadas. O estado do Paraná (PR) faz fronteira com o Paraguai e com a Argentina, possuindo, segundo o *site* <http://info.Incc.br/tab.html>, uma extensão de 482 km de fronteira, com centros de alta densidade populacional e grande importância geopolítica e econômica.

---

<sup>1</sup> Polícia Rodoviária Federal (PRF).

## **(RE)DEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS**

Nesse contexto, a PRF possui 3 (três) delegacias, localizadas na fronteira oeste do estado do Paraná, subordinadas a 7ª Superintendência da PRF, responsável pela Unidade da Federação do Paraná. Cada delegacia, localizada na região de fronteira, funciona como base administrativa das unidades operacionais (UOPs), sendo sediadas em Cascavel, Foz do Iguaçu e Guaíra, e compostas, respectivamente, pelas seguintes unidades operacionais: Cascavel, Laranjeiras do Sul, Lindoeste e Ubiratã; Foz do Iguaçu (BR/PR), Foz do Iguaçu (BR/ARG), Céu Azul e Santa Terezinha de Itaipu; Guaíra, Alto Paraíso (Porto Camargo) e Quatro Pontes.

Os agentes da Polícia Rodoviária Federal que exercem suas atividades nas “UOPs”, localizadas na fronteira, possuem como principal missão o combate aos crimes típicos dessa região, denominados crimes transfronteiriços, tais como: tráfico de armas, tráfico de drogas, descaminho, tráfico de pessoas, entre outros, que possuem índices cada vez mais alarmantes e representam um fator de vulnerabilidade para a segurança nacional.

Em um contexto de aumento dos crimes transfronteiriços e desenvolvimento das organizações criminosas, cresce a importância da atuação do Estado em Segurança Pública, incluindo a atuação da Polícia Rodoviária Federal em desenvolver ações concretas baseadas na atividade de Inteligência. É de suma importância concretizar, nesse ambiente operacional, a manutenção dos bancos de dados atualizados, a eficiência nas técnicas de avaliação de dados e ter constante aprimoramento das técnicas, táticas e procedimentos utilizadas pelos agentes da PRF.

Com a missão de vigiar a fronteira oeste, os PRFs que atuam nessa área são sensores humanos para obtenção de dados, sendo todos os fatos que ocorrem nessa região úteis, tanto para alimentação do banco de dados quanto para produção de conhecimento. Os policiais são fontes de grande importância como sensor humano de Inteligência. Nessa perspectiva, torna-se necessária a capacitação na área de Inteligência, para exercer tal função, já que as nuances dessa atividade não

são ensinadas em bancos escolares ou instruções rotineiras, exigindo conhecimentos prévios sobre as ferramentas de Inteligência.

### **Situação Problema**

Devido ao grande fluxo de informações que a PRF obtém, produz e difunde, há a necessidade de os agentes da PRF, que exercem suas atividades nas Unidades Operacionais, se tornarem aptos no momento da abordagem a serem um primeiro filtro no trabalho de produção do conhecimento, servindo, assim, como um vetor de conhecimento específico sobre o assunto em pauta e um catalisador de boas práticas.

No decorrer de um plantão, são diversas as demandas executadas por um agente da PRF, que, por vezes, acaba realizando a abordagem, de forma superficial e rasa, já que não há um treinamento específico. Observa-se, dentro de um amplo sistema de Inteligência, que a abordagem é o primeiro contato no trabalho de produção de conhecimento para o setor, e deve ser feita de forma a se extrair informações e dados específicos.

Além disso, há a necessidade de padronização dos dados coletados nas abordagens executadas. Isso deve-se ao fato de existirem elementos essenciais de Inteligência para a execução do trabalho mais minucioso da equipe especializada, tais como avaliação prévia da fonte, ponto de coordenada da ocorrência, horário e detalhamento específico das informações transmitidas. Por vezes, essas informações não são extraídas, inviabilizando ou atrasando a produção do conhecimento de Inteligência nessa etapa.

Diante do exposto, formulou-se o seguinte problema: em que medida a especialização dos agentes da Polícia Rodoviária Federal, na área de Inteligência, poderá contribuir para o aumento da segurança na fronteira oeste do estado do Paraná?

### **Justificativa**

A presente pesquisa justifica-se em virtude da importância da utilização das ferramentas da Inteligência para o emprego dos agentes da Polícia Rodoviária

Federal que atuam na “linha de frente”, diminuindo o esforço despendido, e aumentando a eficiência da abordagem, de forma a intensificar a segurança, nas fronteiras nacionais.

Sendo comprovada a necessidade de especialização em Inteligência dos Policiais Rodoviários que trabalham na faixa de fronteira, poderão servir como vetores de conhecimento para os demais agentes que atuam em outras regiões do país, aumentarão o vínculo com agentes de Inteligência dos Órgãos de Segurança e Fiscalização (OSPF) e poderão coletar informações pontuais para uma maior efetividade da Inteligência, uma vez que o efetivo atuando, especificamente, no setor de Inteligência da região é insuficiente para uma efetividade dos trabalhos desenvolvidos.

### **Objetivos**

De acordo com o problema apresentado, o objetivo geral da pesquisa é avaliar a necessidade de capacitação, na área de Inteligência, dos Policiais Rodoviários Federais localizados na fronteira oeste do estado do Paraná. Nesse sentido, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar e descrever as principais funções da atividade de Inteligência;
- b) Descrever o ambiente operacional da Polícia Rodoviária Federal, na fronteira oeste, no estado do PR;
- c) Discutir a importância da especialização dos Policiais Rodoviários Federais na atividade de Inteligência.

### **METODOLOGIA**

A pesquisa teve início com a revisão teórica do assunto, através de consulta bibliográfica a diretrizes doutrinárias; trabalhos científicos nacionais. O estudo será desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e documental.

A coleta de dados foi realizada, por meio de um questionário, que teve como público-alvo os Policiais Rodoviários Federais lotados na Delegacia de Cascavel/PR, e duas entrevistas específicas, uma com o Chefe da Delegacia da PRF de Cascavel

e outra com o Chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização da PRF de Cascavel/PR.

## **Instrumentos**

### **1. Entrevistas**

Com as finalidades de ampliar o conhecimento teórico e identificar experiências relevantes, na área da pesquisa, foram realizadas entrevistas exploratórias com os seguintes agentes da Polícia Rodoviária Federal, em ordem cronológica de execução:

- RICARDO BARRETO SALGUEIRO – Chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização e Chefe Substituto da Delegacia de Cascavel/PR; e
- RICARDO SCHINEIDER – Chefe da Delegacia de Cascavel/PR.

## **PRF SALGUEIRO**

O primeiro entrevistado foi o PRF Salgueiro, que respondeu ter nove anos de PRF, exercendo há três anos a atividade de Chefe do Núcleo de Policiamento e Fiscalização. Enfatizou a importância das funções exercidas pelos agentes da PRF, nas Unidades Operacionais, já que eles são a parte visível do Poder de Polícia do Estado no combate ao crime.

Acredita que, pensando em uma rota do crime das rodovias que cortam a região oeste do Paraná, se pode verificar a grande importância da visibilidade dos agentes da PRF para segurança dos usuários. Entende que, apesar da carência e dificuldade de capacitação, os PRFs possuem a capacidade de desempenhar as suas funções, de forma produtiva, a fim de cumprir os interesses da instituição, mas, talvez, fosse necessário mais tempo de capacitação, bem como maior interesse por parte do servidor, durante sua jornada de trabalho, inclusive, com consulta às plataformas digitais.

É muito importante que os PRFs conheçam o desenvolver das atividades de Inteligência, mantenham um canal de comunicação para que sejam capazes de

fazer abordagens mais efetivas, levantando informações que possam ser interessantes para que a atividade de Inteligência se desenvolva.

### **PRF SCHNEIDER**

O segundo entrevistado, o PRF Schneider, respondeu possuir vinte e sete anos e meio de atividade policial, sendo sete anos e meio, como Chefe da Delegacia da PRF de Cascavel-PR. Considera, de suma importância, as atividades exercidas pelos PRFs, já que exercem a principal função da PRF, sendo que as demais atividades trabalham, ou para eles, ou são uma atividade em decorrência da função exercida por eles. Considera que a principal atividade desenvolvida por esses agentes é a presença ostensiva, e, a partir dessa presença, a atuação em ocorrências criminais e atendimentos de acidentes, e quando não houver uma demanda específica, realizando abordagens e demais fiscalizações.

No mesmo sentido, explica que a importância das atividades desenvolvidas varia de acordo com a especificidade do local, já que há locais com mais acidentes e outros que demandam uma atuação maior na área criminal. Em relação à coleta de dados, pensa que há diversas situações em que os PRFs não estão preparados, como, por exemplo, um caso de exploração sexual infanto juvenil. Se for demandado uma equipe, que seja feita coleta de dados, provavelmente, não vai sair de acordo com que o departamento necessita, já que há determinadas coletas que podem exigir uma capacitação para maior chance de sucesso.

Observa que sempre há melhoria do órgão, como atuante na promoção da segurança pública, sempre que a corporação participa das capacitações e tem oportunidade de desempenhar melhor suas tarefas. Ressalta que é, de suma importância, que os PRFs sejam instruídos sobre as atividades de Inteligência, uma vez que instruídos sobre aquilo que a Inteligência busca ou precisa, os agentes conseguem desenvolver o seu trabalho, com maior desenvoltura e maior chance de sucesso. Finaliza, considerando que a capacitação na atividade de Inteligência poderia melhorar os índices da PRF, pois, a partir do momento em que os agentes têm o conhecimento de como a informação que eles conseguiram será utilizada, trará mais qualidade a essa informação e, conseqüentemente, um melhor resultado.

## 2. Questionário

A amostra selecionada para responder o questionário da pesquisa foi restrita aos PRFs da Delegacia de Cascavel/PR, que atuam na área operacional, exercendo suas atividades nas Unidades Operacionais, no trecho da Delegacia de Cascavel/PR.

Com o intuito de obter uma opinião direta dos PRFs supracitados, foi aplicado um questionário, por meio da ferramenta *Google Docs*, disponibilizado no endereço eletrônico descrito no Apêndice “A” deste trabalho. O questionário foi respondido por 35 Policiais Rodoviários Federais.

A pesquisa sobre a importância da capacitação dos agentes da PRF, na área de Inteligência, evidencia que 91,2% nunca exerceram função na área de Inteligência, 50% não teve instrução na área de Inteligência, durante sua formação policial, e 82,4% não receberam treinamento, estágio ou curso na área de Inteligência. Verifica-se que 100% dos entrevistados acham o conhecimento da matéria relevante para o exercício da atividade operacional e classifica o nível de relevância como imprescindível ou importante para instituição. 97,1% consideram que o conhecimento na área de Inteligência pode auxiliar a PRF a melhorar, ainda mais, seus índices de prisões e apreensões.

Ao final do questionário, foi dada a oportunidade para o PRF realizar algum comentário, se achasse conveniente, destacando-se:

a) “Esse assunto deve ser mais explorado em nossa rotina policial, principalmente para auxiliar os operadores de Inteligência a trabalhar os dados para que seja feita uma correta informação sobre os ilícitos e o conseqüentemente emprego dos agentes policiais” (sic).

b) “Todo policial deveria ter alguma reciclagem periódica, nos assuntos “segurança orgânica” e “inteligência aplicada ao serviço policial” (sic).

c) “Apesar de ser um assunto complicado, o acesso a qualquer sistema deveria ser disponibilizado a todos os PRFs, independentemente da área de lotação.

A restrição ao acesso acaba por desestimular os PRFs em relação ao serviço de monitoramento de veículos” (sic).

## **O AMBIENTE OPERACIONAL DA FRONTEIRA OESTE DO ESTADO DO PARANÁ**

A fronteira do Brasil com o Paraguai, de acordo com os dados do relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNITED NATIONS, 2016), configura parte importante da geopolítica do narcotráfico, já que é pela tríplice fronteira que o Brasil recebe drogas dos maiores produtores do mundo, tais como: Peru, Bolívia, Venezuela e Colômbia. Nessa perspectiva, observa-se que:

A ambiguidade entre as práticas legais e ilegais [...] apresenta-se como uma característica marcante da área fronteira entre os atuais Brasil e Paraguai. Hoje essa questão remete a práticas como contrabando de mercadorias, tráfico de drogas e armas, lavagem de dinheiro e outras atividades ilícitas. Mas as raízes dessa realidade já se encontravam presentes desde a época colonial, quando se verifica a emergência de relações econômicas e sociais que subvertiam o exclusivismo metropolitano (OLIVEIRA, 2008, p. 27).

A extensa fronteira do Brasil favorece a prática de atividades ilícitas, como tráfico de armas, contrabando, tráfico de drogas, contrabando, entre outros. As principais portas de entrada dos ilícitos vindos do Paraguai, pelo oeste do Paraná, são em *Salto Del Guáira* para Guáira (PR) e de *Ciudad Del Leste* para Foz do Iguaçu (PR). As duas rotas incidem no trecho da BR 277, que, também, atravessa a cidade de Cascavel/PR, mais um eixo no mapa do tráfico e nos demais ilícitos transfronteiriços.

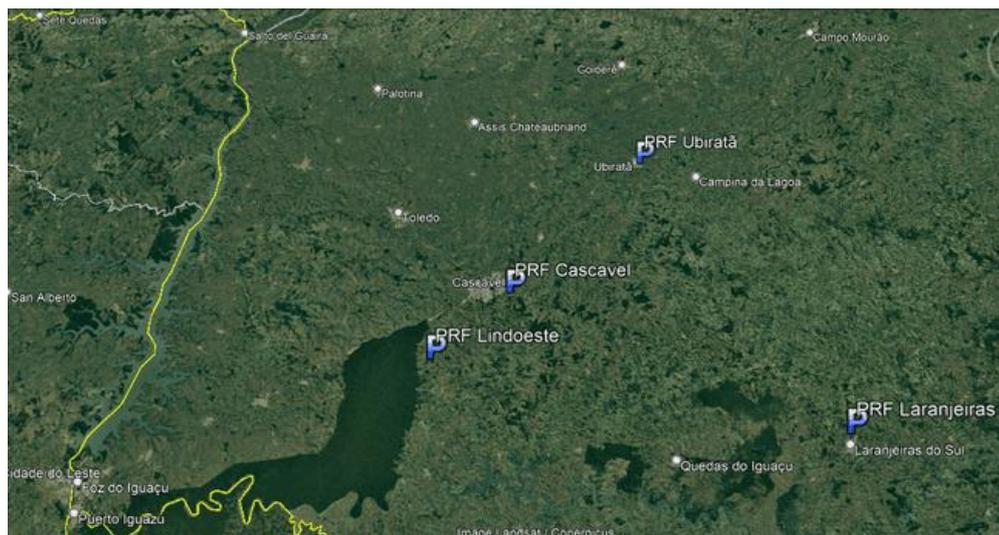
### **CASCADEL**

Cascavel é um município brasileiro, localizado na região oeste do estado do Paraná, possuindo 336.073 habitantes, conforme estimativa do IBGE, publicada em agosto de 2021. A delegacia de Cascavel da PRF (4ª Delegacia da 7ª Superintendência) fica localizada em Cascavel/PR, e as Unidades Operacionais são localizadas, conforme especificado abaixo:

- Unidade Operacional de CASCADEL - BR 277, km 580, CASCADEL / PR;
- Unidade Operacional de LINDOESTE - BR 163, Km 176, LINDOESTE / PR;

- Unidade Operacional de UBIRATÃ - BR 369, Km 446, UBIRATÃ / PR; e
- Unidade Operacional de LARANJEIRAS DO SUL - BR 277 Km 452, LARANJEIRAS DO SUL / PR.

Figura 1 - Mapa com as Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal da Delegacia de Cascavel/PR:



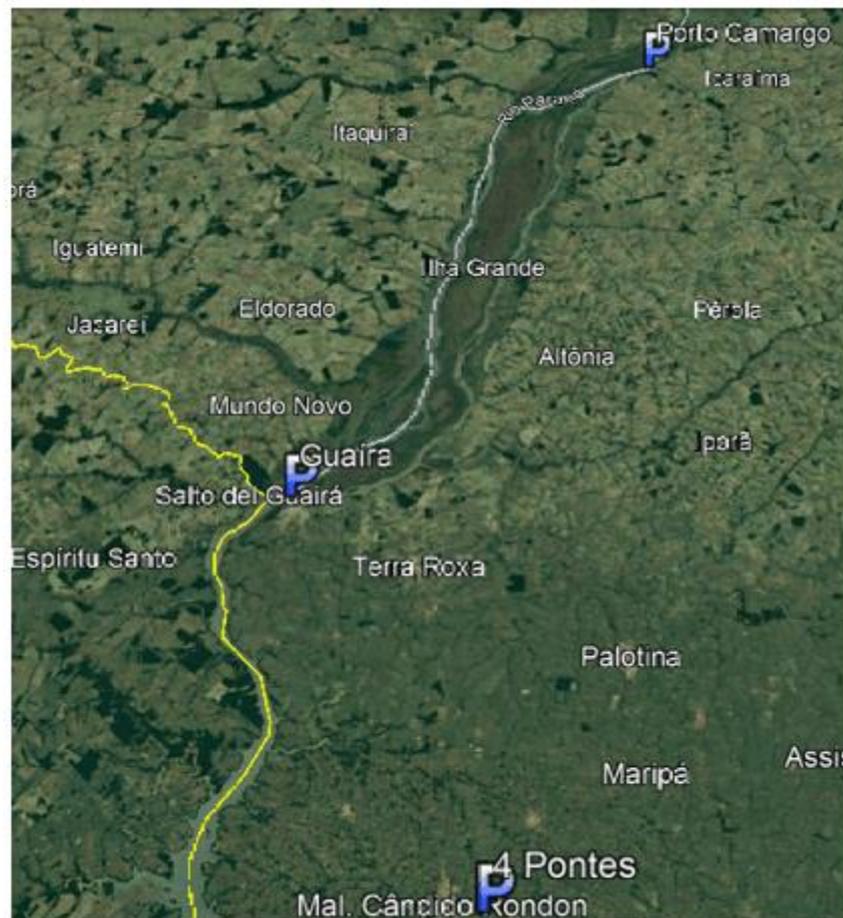
## **GUAÍRA**

Guaíra é um município brasileiro, localizado no oeste do estado do Paraná. Situa-se na fronteira do Brasil com o Paraguai, fazendo divisa com a cidade paraguaia de *Salto del Guairá*.

A delegacia de Guaíra da PRF (6ª Delegacia da 7ª Superintendência) fica localizada na cidade de Guaíra, e as Unidades Operacionais localizadas, conforme especificado abaixo:

- Unidade Operacional da PONTE AYRTON SENNA - BR 163, Km 349, GUAÍRA / PR;
- Unidade Operacional de PORTO CAMARGO - BR 487, Km 6, ALTO PARAISO / PR; e
- Unidade Operacional de QUATRO PONTES - BR163, Km 280, QUATRO PONTES / PR.

Figura 2 - Mapa com as Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal da Delegacia de Guaíra/PR:



## FOZ DO IGUAÇU

Foz do Iguaçu é um município brasileiro, localizado na região oeste do estado do Paraná, com uma população, conforme estimativas do IBGE de 2021, de 257.971 habitantes. Foz do Iguaçu faz fronteira com a *Ciudad del Este*, no Paraguai, e com *Puerto Iguazú*, na Argentina.

A delegacia de Foz do Iguaçu da PRF (5ª Delegacia da 7ª Superintendência) fica localizada na cidade de Foz do Iguaçu, e as Unidades Operacionais localizadas, conforme especificado abaixo:

- Unidade Operacional da PONTE DA AMIZADE, BR 277 Km 730, FOZ DO IGUAÇU (Ponte Amizade) / PR;
- Unidade Operacional de SANTA TEREZINHA DE ITAIPU, BR 277 Km 714, SANTA TEREZINHA DE ITAIPU / PR;
- Unidade Operacional da PONTE TANCREDO NEVES, BR 469 Km 1, FOZ DO IGUAÇU (Ponte Tancredo Neves) / PR; e
- Unidade Operacional de CÉU AZUL, BR 277 Km 642, CÉU AZUL / PR.

Figura 3 - Mapa com as Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal da Delegacia de Foz do Iguaçu/PR:



As “UOPs” da PRF dispostas, ao longo das rodovias que cortam a fronteira oeste do Paraná, possuem uma localização estratégica no combate aos crimes transfronteiriços e às organizações criminosas, já que são pelas rodovias que grande parte dos ilícitos vindos do Paraguai são escoados, até chegarem em todas as partes do nosso território, principalmente, nos grandes centros urbanos. Nessa perspectiva, é de grande relevância que os ilícitos sejam combatidos o mais próximo possível da sua origem, e as ferramentas da Inteligência utilizadas, através de estudos

que identifiquem o *modus operandi* das principais organizações criminosas, os comandos hierárquicos, mapeamento de rotas e locais, principais focos de criminalidade, novas tendências e estatísticas (GOMES, 2009).

## **A IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA, COMO VETOR DE CONHECIMENTOS DE TÉCNICAS, TÁTICAS E PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS PELOS PRFS**

### **Atividade de Inteligência**

O Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016, criou a Política Nacional de Inteligência (PNI), estabeleceu os seguintes conceitos:

Atividade de Inteligência: exercício permanente de ações especializadas, voltadas para a produção e difusão de conhecimentos, com vistas ao assessoramento das autoridades governamentais nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das políticas de Estado. A atividade de Inteligência divide-se, fundamentalmente, em dois grandes ramos:

I – Inteligência: atividade que objetiva produzir e difundir conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro e fora do território nacional, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado;

II – Contrainteligência: atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a Inteligência adversa e as ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados, conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse da sociedade e do Estado.

Entende-se por Atividade de Inteligência o processo, pelo qual informações específicas e importantes para a segurança de um país, são requeridas pelo poder político e coletadas, analisadas e fornecidas a ele pela comunidade de Inteligência (LOWENTHAL, 2011).

Observa-se que, para compreender o significado de Inteligência, é fundamental que se entenda tratar-se de um conhecimento obtido de fontes, com algum caráter sigiloso e com o objetivo de assessorar o processo decisório. Em que pese a componente sigilosa no conhecimento produzido, a Inteligência lida, também, com fontes abertas, ostensivas, gratuitas ou não, mas em relação a estas não existam organizações ou sistemas que as protejam ou busquem manter o sigilo; entretanto, para que se tenha, efetivamente, um conhecimento de Inteligência, é

necessário, de maneira geral, que haja alguma parcela de dados sigilosos em sua produção (GONÇALVES,2016, p. 27).

Em uma perspectiva mais específica, Ferro Júnior (2008) conceitua Inteligência Policial como:

[...] a atividade que objetiva a obtenção, análise e produção de conhecimentos de interesse da segurança pública no território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência da criminalidade, atuação de organizações criminosas, controle de delitos sociais, assessorando as ações de polícia judiciária e ostensiva por intermédio da análise, compartilhamento e difusão de informações.

A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (2016) subdivide a Inteligência de Segurança Pública em quatro tipos: Inteligência Policial Judiciária, Inteligência Policial Militar, Inteligência Bombeiro Militar e Inteligência Policial Rodoviária, bem como os define. A Inteligência Rodoviária Federal é definida como:

[...] o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera da Segurança Pública e da Segurança Nacional, no âmbito das rodovias e estradas federais. Orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para assessorar o processo decisório, para o planejamento, a execução e o acompanhamento de assuntos pertinentes à segurança da sociedade e do Estado, essas ações visam prevenir e neutralizar ilícitos e ameaças de qualquer natureza, buscando se antecipar aos fatos que possam afetar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, e são exercidas pelas Als da Polícia Rodoviária Federal.

O crescente avanço dos crimes, nas regiões de fronteira e suas conexões nacionais e internacionais, vem mostrando a necessidade constante de ações especializadas, para acompanhar ameaças, no âmbito das rodovias federais. Devem existir obtenção, análise e produção de conhecimento, utilização de suas ferramentas para repressão e combate aos crimes transfronteiriços, bem como para a repressão destes.

### **Histórico da Inteligência na Polícia Rodoviária Federal**

No ano de 2000, a Polícia Rodoviária Federal foi incluída como membro permanente do Conselho Especial do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, com direito a voto, por meio do Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, sendo instituído já no ano seguinte, em 2001, na estrutura regimental da PRF,

por meio da Portaria nº 166/2001/MJ, a Assessoria de Inteligência (ASSINT), com atuação nacional, no âmbito da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e nos Núcleos Regionais de Inteligência (NuInt), em todas as Superintendências.

A Atividade de Inteligência só começou a funcionar, efetivamente, em 2002, após normatizações e treinamentos dos agentes, com a publicação do Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, que regulamentou a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN e estabeleceu a PRF, como integrante do sistema e como membro Titular do Conselho Consultivo do SISBIN.

Em 2007, as competências da área de Inteligência da PRF foram elencadas na Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007 - Regimento Interno do Ministério da Justiça – MJ. Já em 2019, o Decreto nº 10.073, de 18 de agosto de 2019, estabeleceu a Diretoria de Inteligência, com as competências de dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades de Inteligência. Além disso, foram criados os serviços de Inteligência e os Núcleos de Inteligência vinculados às delegacias, as bases descentralizadas.

Observa-se que a PRF evoluiu, ao longo dos anos, no sentido de profissionalização dos agentes especializados de Inteligência, com a implantação de doutrinas e normatizações internas, discussões acadêmicas e profissionais, principalmente, para a área operacional da atividade de Inteligência.

### **A atividade de Inteligência na PRF**

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) é uma instituição vinculada ao Ministério da Justiça, com abrangência em todo o território brasileiro, constituída com a finalidade de garantir segurança com cidadania, nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União. O objetivo da PRF é a redução da violência no trânsito das rodovias federais, contribuindo para a redução da criminalidade e para o aumento da percepção da segurança por parte dos usuários.

Conforme Instrução Normativa nº 106/2017-DG, de outubro de 2017, a Atividade de Inteligência, no âmbito da PRF, tem como objetivos: planejar e executar levantamentos de fatos ou situações que subsidiem ações de interesse da PRF, da segurança pública, da sociedade e do Estado; salvaguardar ativos de interesse da PRF, da segurança pública, da sociedade e do Estado e identificar, avaliar, obstruir e acompanhar ameaças reais ou potenciais no âmbito da segurança pública para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos, especialmente os praticados por organizações criminosas, nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União.

Com fins de atingir esses objetivos, a Atividade de Inteligência na PRF é definida como atividade-fim da Instituição, e todos os agentes que trabalham, diuturnamente, nas rodovias federais, devem ser considerados sensores de Inteligência, capazes de colher dados e contribuir com a identificação, avaliação e acompanhamento de reais ou potenciais ameaças, no âmbito da segurança pública.

### **A Importância da Capacitação dos PRFs, na Área de Inteligência**

A capacitação dos agentes públicos, em qualquer área de interesse de uma instituição, é fundamental para que haja padronização nas informações e nos dados coletados, objetivando a melhora e o avanço da efetividade das atividades institucionais. Na atividade de Inteligência da PRF, devido à quantidade de dados e informações sensíveis, apenas os agentes que trabalham nos núcleos específicos de Inteligência recebem treinamento de especialização nesse ramo, com fins de apoiar o efetivo que atua nas unidades operacionais.

Os PRFs, no entanto, que atuam na “linha de frente” devem receber treinamento, na área de Inteligência, ainda que diferenciado dos que atuam nas áreas especializadas. Os agentes operacionais são a principal fonte de conhecimento sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência da criminalidade. O agente deve saber como proceder, para identificar possíveis dados de interesse para Inteligência, estando cientes de quando e como “alimentar” o sistema.

Qualquer ação observada por um agente deve ser encarada com um nível alto de importância para a Inteligência, tendo em vista que aquilo que parece irrelevante, inicialmente, pode ser um dado que complementa toda uma informação para a prevenção ou repressão de uma conduta delituosa. Em virtude da falta de conhecimento, muitas vezes, no momento de uma abordagem, o PRF faz uma análise superficial, sem observar as nuances que a situação requer. Nessa perspectiva, os treinamentos são relevantes para o agente, no momento de uma abordagem, a fim de extrair as informações necessárias para uma análise mais aprofundada por parte do setor específico.

O processo de Inteligência descreve o tratamento dado a uma informação para que ela passe a ser útil para a atividade policial. Os dados obtidos pela Inteligência podem não ser nada mais do que uma informação fornecida, em uma abordagem, que alerta para um perigo potencial, como também pode ser o produto de um processo complexo, envolvendo diversos órgãos da Segurança Pública.

Mesmo com o seu alto grau de importância, as ferramentas para aquisição de dados não foram ensinadas nos cursos de formação policial mais antigos, e, atualmente, são ensinadas, de forma básica. Sendo assim, torna-se fundamental que os agentes da PRF, principalmente aqueles que estão trabalhando, diretamente, em contato com a população, recebam capacitação e atualização, constantemente, dos ensinamentos para que possam contribuir com o sistema de Inteligência da corporação.

## **CONCLUSÃO**

Conforme conceitos e doutrinas analisados, se vislumbra o avanço doutrinário e operacional da atividade de Inteligência para o desempenho das funções da Polícia Rodoviária Federal, principalmente, nas regiões de fronteira, dada a importância e a localização estratégica dessa área. Os agentes que exercem suas atribuições, nas unidades operacionais da PRF, localizadas na fronteira oeste do Paraná, enfrentam, diuturnamente, crimes típicos dessa região, que atravessa a fronteira do Paraguai com o Brasil, e requerem uma coleta de dados mais específica para sua prevenção e repressão.

Tendo em vista a crescente importância do controle das fronteiras terrestres nacionais e o ambiente complexo em que está inserida, é fundamental que o aperfeiçoamento dos policiais que trabalham, nessa área, seja uma prioridade para os Órgãos de Segurança Pública, incluindo a PRF. A consequência desse aprimoramento seria uma polícia muito mais capacitada e eficaz no combate aos crimes transfronteiriços, aumentando a sensação de segurança da população e enfraquecendo a atividade criminosa que lá atua. Assim sendo, os índices de apreensões e prisões dos Órgãos de Segurança Pública aumentariam, consideravelmente, fortalecendo a imagem dessas instituições junto à população.

Uma solução prática de implementação desse aperfeiçoamento seria a criação de um curso de operação, em área de fronteira, em que fosse ministrado instruções relativas a essa pauta. No mesmo sentido, poderia ser aproveitado o deslocamento de PRFs que atuam como instrutores, na Academia Nacional da Polícia Rodoviária, para que lá tivessem instruções relativas à Inteligência Policial.

Por fim, após todo o desenvolvimento deste artigo, resta apurado a fundamental importância do aperfeiçoamento dos agentes da PRF, atuantes na fronteira oeste do estado do Paraná, na área de Inteligência, tudo visando à melhoria da segurança e à performance da instituição junto à sociedade.

## REFERÊNCIAS

BARBALHO, Bruno Gonçalves de Souza *et al.* **Política de Fronteira e Defesa Nacional**. 2015.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. **Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 mai. 1979.

BRASIL. **Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000**. Disponível em: [planalto.gov.br](http://planalto.gov.br). Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002**. Disponível em: [planalto.gov.br](http://planalto.gov.br). Acesso em: 20 out. 2021.

## **(RE)DEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS**

BRASIL. **Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019.** Disponível em: [planalto.gov.br](http://planalto.gov.br). Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016.** Disponível em: [planalto.gov.br](http://planalto.gov.br). Acesso em: 20 out. 2021.

FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. **A Inteligência e a Gestão da Informação Policial.** Brasília: Fortium, 2008.

GOMES, A. M. **A Polícia Rodoviária Federal nas Operações de Manutenção da Paz.** Trabalho de Conclusão de Curso. UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estimativa Populacional 2021.** Acesso em 20 de outubro de 2021.

LOWENTHAL, M. M. **Intelligence: From Secrets to Policy** [s.l.] CQ Press, 2011.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Portaria N° 166/2001/MJ.** Disponível em: [legisweb.com.br](http://legisweb.com.br). Acesso em: 20 out. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Portaria nº 1.375,** de 02 de agosto de 2007 - Regimento Interno do Ministério da Justiça – MJ. Disponível em: [justica.gov.br](http://justica.gov.br). Acesso em: 20 out. 2021.

OLIVEIRA, Márcio Gimenez de. **A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade.** Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

### **APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO (sic)**

O presente questionário tem por objetivo coletar e consolidar dados acerca de oportunidades de melhoria na Polícia Rodoviária Federal em atividade na fronteira do Brasil, onde os crimes transfronteiriços são evidenciados.

Quantos anos de serviço policial o Sr.(a) possui?

Durante seu tempo de serviço policial, já exerceu alguma função na área de Inteligência?

O Sr. (a) teve instrução sobre Inteligência durante sua formação como policial?

O Sr. (a) participou de algum tipo de treinamento, estágio ou curso na área de Inteligência?

O Sr. (a) acha o conhecimento da matéria relevante para o exercício da atividade operacional? Qual o nível de importância que o Sr. (a) considera acerca do conhecimento no ramo de Inteligência por parte de todos os agentes da PRF?

O Sr. (a) acha que o conhecimento nessa área pode auxiliar a PRF a melhorar ainda mais seus índices de prisões e apreensões?

O Sr. (a) deseja contribuir com algo relevante para o assunto em pauta?  
(sic).

### **APÊNDICE B – ENTREVISTA (sic)**

A presente entrevista tem por objetivo coletar e consolidar dados acerca das atividades de INTELIGÊNCIA desenvolvidas pela Delegacia de Polícia Rodoviária Federal de Cascavel-PR e verificar o nível de importância da instrução dos agentes da PRF.

1) Quantos anos de atividade policial o Sr. possui?

2) Qual função o Sr. exerce atualmente?

3) A quanto tempo o Sr. exerce esta função?

4) Qual o nível de importância o Sr. julga sobre as atividades desenvolvidas pelos agentes da PRF que atuam nos postos de sua responsabilidade?

5) Quais seriam as atividades mais importantes a serem executadas por esses agentes durante suas atividades de patrulha e fiscalização?

6) O Sr. acha que os policiais da sua Delegacia são capacitados a realizarem uma efetiva coleta de dados durante os patrulhamentos realizados? Justifique.

7) O senhor observa alguma oportunidade de melhoria no processo de capacitação dos policiais que integram sua Delegacia?

8) O Sr. acha importante que os policiais de sua Delegacia sejam instruídos sobre as atividades de Inteligência?

9) O Sr. pensa que esse tipo de instrução poderia melhorar ainda mais os índices da PRF?

10) Tem algo relevante para acrescentar sobre o assunto em pauta?

Obrigado pela colaboração (sic).